

ANÁLISE DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL: PERÍODO 1949-1977

Maria Heloisa Lenz

**Economista, Mestrado em Economia pelo Centro de
Pesquisas Econômicas da UFRGS, Técnico da Fundação
de Economia e Estatística.**

Introdução

Uma das questões mais importantes examinadas no estudo "25 Anos de Economia Gaúcha: A Agricultura do Rio Grande do Sul" foi o crescente processo de mecanização experimentado pela agricultura gaúcha no período recente.

Para que este processo fosse viabilizado e o setor agrícola contasse com a oferta requerida de máquinas agrícolas, tornou-se extremamente oportuna a montagem local de uma indústria de máquinas e implementos agrícolas.

É evidente que o processo de mecanização agrícola se insere no movimento mais amplo da acumulação de capital industrial que, dentro do processo capitalista de produção, determina os rumos dos diversos setores produtivos de forma a adequá-los às exigências deste processo.

Foi dentro deste contexto que se procurou desenvolver a análise do desempenho da indústria gaúcha de máquinas agrícolas com a hipótese básica de que as explicações para as diferentes fases experimentadas pela mesma devem ser buscadas no processo de mecanização agrícola do Estado, tendo sempre presente o processo de acumulação de capital vigente no País.

A segunda hipótese a ser defendida ao longo da análise é que o crescimento desta indústria se deu lastreado no apoio do Estado Nacional, via concessão de crédito, e que todo o seu desempenho dependeu das variações experimentadas por essa política, que naturalmente refletiu as exigências do modelo agrícola adotado.

Dentro desta concepção, o estudo compõe-se de duas partes. Na primeira discutiu-se o processo de mecanização agrícola do Rio Grande do Sul e as suas conseqüências na estrutura produtiva da agricultura gaúcha. Na segunda parte procedeu-se ao exame da trajetória da indústria de máquinas e implementos agrícolas, desde a sua implantação até os dias atuais, tendo como objetivo a verificação das hipóteses levantadas sobre o comportamento da mesma.

I – Processo de Mecanização da Agricultura Gaúcha

Dentre as correntes teóricas existentes sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, duas destacam-se como as mais importantes na orientação da política proposta para o desenvolvimento da agricultura. A primeira via defende que o caminho para o desenvolvimento da agricultura deve ser buscado através do uso de uma mecanização intensiva, determinando que a causa da baixa produtividade existente na agricultura é devida a uma incapacidade técnica, ao mau uso da terra, à falta de fertilidade, etc., e não à estrutura vigente de propriedade da terra. Como pode ser visto, esta via pressupõe a lenta modernização agrícola, com a estrutura de propriedade da terra mantida intacta, transformando apenas o grande latifundiário em um empresário rural.

A segunda corrente parte do pressuposto de que o principal entrave para o desenvolvimento agrícola é a estrutura da propriedade da terra e defende a sua alteração radical, como forma de se conseguir a capitalização pretendida.

A questão que se coloca para a primeira opção de desenvolvimento agrícola são os problemas sociais gerados pela escolha da modernização agrícola intensiva em capital, como a expulsão da mão-de-obra para o setor urbano, causando os conhecidos problemas da marginalização das grandes cidades, assim como a pressão dos grandes proprietários sobre os pequenos. Este problema ainda se coloca de uma forma mais grave, quando aliado ao desaparecimento das pequenas e médias propriedades absorvidas pelo grande capital que passa a dominar a agricultura.

O modelo agrícola que vem sendo adotado no Brasil aproxima-se da primeira via descrita acima, na medida em que o aumento da produtividade requerida no País foi alcançado via a utilização intensiva de máquinas e defensivos agrícolas.

A entrada do capitalismo no campo no Brasil, portanto, realizou-se com a manutenção da estrutura da propriedade da terra com o capital, criando formas de conviver e atuar com ela.

Do mesmo modo que ocorreu nos países desenvolvidos, no Brasil a capitalização do campo e a introdução da moderna tecnologia na produção agrícola processou-se após o início do processo de acumulação de capital no setor industrial. A grande disponibilidade existente, tanto de terra como de mão-de-obra, retardou a alteração dos métodos de produção vigentes na agricultura.

Como já foi colocado anteriormente, a introdução do progresso técnico na agricultura brasileira não foi devido a uma escassez de mão-de-obra, em razão de a mesma ser abundante no País, mas sim, como forma de se conseguir o aumento da produção agrícola, mantendo inalterada a estrutura de propriedade da terra.

Na medida em que o objetivo da presente análise é examinar a trajetória da indústria de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul, acredita-se ser importante a apresentação do processo recente de mecanização sofrido pela agricultura gaúcha, dada a extrema vinculação existente entre os dois movimentos.

No Rio Grande do Sul, o processo da mecanização da lavoura iniciou-se na cultura do arroz, tendo em vista que esse produto representava um elemento im-

prescindível na alimentação da população emergente dos grandes centros urbanos.

Segundo o trabalho "25 Anos de Economia Gaúcha — A Agricultura do Rio Grande do Sul", o processo de mecanização dessa lavoura datava do início do século, mas só começou a se intensificar a partir dos anos 20.¹

Esse processo, todavia, não acarretou grandes transformações na estrutura agrícola do estado da época, uma vez que tanto a agropecuária colonial como a pecuária tradicional ainda representavam os setores mais importantes dentro da agricultura, nas suas funções de abastecedoras de alimentos para o mercado nacional.

Essa situação só vai sofrer alteração no período pós-guerra, quando se intensifica no País o processo de substituição de importações que leva o setor industrial a experimentar altas taxas de crescimento. Esse processo, que levava em seu bojo um crescimento de igual intensidade do setor urbano, com um natural crescimento do emprego, fez com que o País passasse a demandar uma oferta de alimentos cada vez maior, o que motivou o surgimento e o alastramento de um novo tipo de agente econômico no campo gaúcho, o de natureza capitalista. A forma surgida na agricultura do Rio Grande do Sul, para que esta se articulasse ao setor de ponta da economia nacional, foi a da lavoura empresarial, pois esta, por suas características de produção, tal como a utilização de máquinas agrícolas, apresentava as condições necessárias para a produção de uma oferta crescente de alimentos e matérias-primas.

Dentro desse contexto, a cultura que passou a comandar a mecanização da lavoura gaúcha neste período foi a do trigo. A sua fase de expansão compreende o período 1945-56, quando o valor bruto da produção experimentou o significativo aumento de 823%.²

Uma das razões usualmente apresentadas para explicar o possível "atraso" na modernização da cultura do trigo, uma vez que esse produto já era tradicionalmente produzido no Estado em moldes coloniais, foi das restrições existentes na época à importação de máquinas e implementos agrícolas.

Ao mesmo tempo em que o País passava a recuperar a sua capacidade de importar e que necessitava menos dessa para a aquisição dos equipamentos necessários para a indústria em formação, o trigo passava a deter uma posição de destaque na economia nacional, pois, além de representar o principal componente na alimentação dos trabalhadores, a sua importação onerava o balanço de pagamentos do País.

Isto fez com que o Governo, preocupado em manter a oferta desse cereal e assim assegurar a continuidade do processo de acumulação de capital, passasse a adotar inúmeras medidas com vistas a facilitar a mecanização da lavoura tritícola. A mais importante foi a abertura de créditos especiais em favor do Serviço de Expansão do Trigo para aquisição de máquinas, silos, moinhos e sementes através do Decreto nº 20.076 em 1950.

¹ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha: a agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978, v.3 p.52.

² Ibidem.

Essas medidas provocaram o aceleração do processo de mecanização, nos anos cinquenta, com a tratorização, experimentando um crescimento de 576% no Estado, durante esse período.

Da frota de tratores existentes no Rio Grande do Sul em 1960, 58,53% eram utilizados na triticultura, ficando o restante a cargo da lavoura do arroz. A superioridade da mecanização da lavoura do trigo em relação à do arroz evidencia a grande introdução de progresso técnico experimentado por essa cultura, na década de cinquenta.³

Esse quadro só vai se alterar no início dos anos sessenta, com a montagem do segundo padrão de acumulação nacional "calcado" na produção de bens duráveis de consumo, que passava a ditar os caminhos da acumulação de capital no País.

A montagem desse padrão trouxe profundas modificações para a agricultura gaúcha, principalmente para a lavoura empresarial, na medida em que a importação dos bens de capital necessários a sua montagem passou a ser privilegiada em detrimento das importações das máquinas agrícolas.

Segundo informações apresentadas no trabalho "Demanda e Oferta de Tratores no Rio Grande do Sul", a existência no País de vários tipos de tratores dificultava que as indústrias de implementos agrícolas locais produzissem instrumentos perfeitamente adaptáveis ao produto importado, ao mesmo tempo que havia escassez de peças para reposição no mercado.⁴

O período 1962-67, caracterizado por uma desaceleração geral da economia, enquanto se procedia a um processo de concentração de renda de modo a assegurar uma demanda à nova oferta de bens duráveis de consumo, trouxe também graves repercussões para o processo de mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul. Uma das conseqüências mais diretas foi a política cambial adotada na época, que limitava a importação da maquinaria agrícola. Essa política foi mais prejudicial para a cultura do trigo, uma vez que a do arroz já havia atingido um patamar estável no seu processo de mecanização. Também foi retirado do trigo o amparo oficial, o que ajudou a aprofundar a crise desta cultura.

Mas a partir de 1968, com o início do novo ciclo expansivo da economia nacional, o crescimento da agricultura mecanizada passou a ser altamente incentivado pela política oficial, com benefícios tais como: isenção de impostos de fabricação para máquinas agrícolas, aumento dos prazos dos financiamentos para aquisição das máquinas, etc. Todos esses incentivos fizeram com que a lavoura, com características capitalistas, sofresse um grande crescimento no período compreendido entre 1968-74, pois tanto o arroz como o trigo, e também a soja, o novo produto que passou a ter a sua produção altamente capitalizada, experimentaram altos desempenhos.

³ FEE, op. cit., nota 1.

⁴ ROSA, Joal de Azambuja & VELLOSO, Zoé Ayres. Demanda de oferta de tratores no RS. **Lavoura Arrozeira**, Porto Alegre, IRGA, 26(276):4-17, nov./dez.1973.

Nesse período a cultura do arroz registrou altos saltos de produtividade passando de 2,98t/ha, em 1968, para 3,85t/ha, em 1975, enquanto que o número de tratores utilizados na sua produção também sofreu um grande crescimento, alcançando o número de 14.963 unidades em 1975, o que demonstra que esta expansão da produtividade foi conseguida através de um processo crescente de mecanização.

O trigo, por sua vez, teve, a partir de 1968, um aumento substancial de sua área mecanizada, em detrimento da não mecanizada, pois enquanto a primeira duplicou de tamanho passando de 531.337 hectares para 1.303.748 hectares entre 1968 e 1975, a segunda apenas manteve, com um pequeno acréscimo, o tamanho de área inicial, conforme dados apresentados no trabalho "A Agricultura do Rio Grande do Sul".

O processo de capitalização da agricultura gaúcha realmente se intensificou com a expansão da cultura da soja, pela articulação que esse produto passou a ter com a acumulação nacional no cumprimento da função geradora de divisas. Como a soja é normalmente cultivada em rotação com o trigo, a sua mecanização foi extremamente facilitada pela incorporação por parte dessa cultura do patamar de mecanização alcançado pelo trigo.

Em 1975, a lavoura empresarial detinha 50,56% do valor bruto da produção da agricultura do Rio Grande do Sul, constituindo-se no segmento produtivo mais expansivo do Estado e, ao mesmo tempo, pelo seu uso intensivo de máquinas e implementos, no mais altamente capitalizado.

Desta maneira pode-se concluir que a agricultura do Rio Grande do Sul optou por um processo de modernização em sua lavoura, calcado na utilização de máquinas e implementos agrícolas e que esse processo se consolidou na expansão, sob formas capitalistas de produção, das lavouras de arroz, trigo e soja.

O que fica evidenciado através do exame do processo de modernização ocorrido na agricultura é que a opção de desenvolvimento escolhida para o crescimento da capitalização no campo gaúcho foi a que privilegiava a utilização da maquinaria agrícola.

A escolha dessa opção representa, de um lado, a forte pressão política por parte das empresas multinacionais, produtoras de maquinaria agrícola, para que os países subdesenvolvidos adotem um modelo de modernização agrícola calcado na utilização de seus produtos. Por outro lado, esse modelo de mecanização agrícola não estabelece conflitos com os interesses dos grandes proprietários rurais, pois não traz em seu bojo nenhuma mudança na estrutura da propriedade da terra.

Deste modo, através da conciliação dos interesses das corporações estrangeiras de máquinas agrícolas com o dos latifundiários, foi assegurado o crescimento requerido da produção agrícola, mantendo-se inalterada a estrutura da propriedade da terra.

Dentro deste processo, o Estado Nacional deteve um papel importante na medida em que a sua atuação, através de inúmeras medidas de política econômica, viabilizou a sua concretização.

O principal instrumento utilizado pelo Estado, para incentivar tanto o estabe-

lecimento como o crescimento da indústria de máquinas agrícolas, foi o crédito agrícola concedido para a aquisição das mesmas.

O Estado, ao utilizar a política creditícia com o objetivo de criar uma demanda para esta indústria em formação, passou a atuar na esfera da circulação das mercadorias. Esta etapa reveste-se de grande importância dentro do processo capitalista de produção em razão de que, para que o ciclo produtivo se cumpra por inteiro, é necessário que a mercadoria seja vendida, ou seja, é necessário que se cumpra o processo de circulação de mercadorias. Neste processo, o papel do crédito é o de acelerar as diversas fases da circulação, auxiliando no decréscimo de seus custos, sendo que nos países subdesenvolvidos esse papel passa a ser exercido pelo próprio Estado, através dos bancos governamentais.

Desta forma, o Estado através da política de concessão de créditos possibilitou a viabilização do processo produtivo do setor, ao assegurar ao capital industrial a concretização da venda de suas mercadorias.

A ação do Estado, porém, não se limitou apenas a incentivos de demanda, atuando também diretamente no nível de acumulação interna dessas empresas através de instrumentos tais como isenção de impostos, concessão de incentivos fiscais, etc.

Isso posto, proceder-se-á à análise do desempenho da indústria de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul desde a sua criação até o período mais recente, tendo como marco referencial tanto às exigências do processo de mecanização da agricultura gaúcha como a política econômica levada a efeito nessa época pelo Estado.

II – Análise da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul: Período 1949-1977

1. Introdução

A análise da indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas foi elaborada utilizando-se basicamente os dados referentes ao Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos 1950, 1960 e 1970.⁵

Tendo em vista as grandes modificações que ocorreram neste setor no período mais recente, julgou-se oportuno estender-se a análise ao período após 1970. Dada a inexistência de dados oficiais para esse período, utilizaram-se os dados fornecidos pelo Sindicato de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul, obtidos

⁵ A proposição inicial desta análise era de utilizar a periodização apresentada pelos diversos ciclos da mecanização agrícola do estado, o que não se tornou possível em virtude de não se ter obtido, por meio de pesquisa direta, os dados referentes aos anos intracensitários.

através de uma amostra com quarenta e uma empresas pertencentes ao mesmo.

Logicamente que a heterogeneidade desses dados não permitiu que se estabelecessem comparações ao longo da série, sendo os mesmos só utilizados como subsídio para algumas informações de ordem qualitativa.

Na parte referente ao crédito rural, tencionava-se analisar os dados referentes aos financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil para máquinas e implementos agrícolas, pois, além de executar a política de crédito agrícola do País, o mesmo detém quase o monopólio da concessão deste tipo de crédito, com o montante superior a 70% em 1977.⁶

Também não foi possível obter a série completa dos dados de crédito rural desde a fundação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) até os dias atuais. Através de uma publicação do Ministério da Agricultura — “Crédito Rural — Perfis de Distribuição e Dados Estatísticos 1969-76”, obteve-se a série referente a este período para o total do Crédito Rural concedido ao Rio Grande do Sul, assim como também os referentes ao total dos créditos para Investimentos Agrícolas concedidos para o Estado. Para os subitens do crédito para investimentos, referentes aos concedidos para melhoramento e equipamento, como para máquinas de adaptação e preparação do solo, para tratores, para máquinas para colheita e transporte, de especial interesse para o objeto da análise, a série obtida abrange apenas o período 1974-76.

Dentro desse quadro, a análise que norteou especificamente a questão do crédito rural baseou-se mais especificamente em informações sobre as políticas creditícias vigentes nos períodos analisados, recorrendo-se à utilização dos dados apenas no período mais recente.

2. Período 1949-1970

Dois fatores são considerados como básicos para o surgimento da indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas: o crescimento das lavouras de trigo e de arroz no período 1950-60 e a implantação, a nível nacional, da indústria de tratores em 1960. Com o surgimento das primeiras fábricas multinacionais de tratores no País, criou-se um espaço para a indústria gaúcha, dada a necessidade de uma indústria local que fabricasse os implementos agrícolas necessários ao funcionamento daquelas máquinas.

A indústria de máquinas e implementos agrícolas se constitui na fabricação de tratores, colheitadeiras automotrizes, trilhadeiras, máquinas de grande porte que exigem uma alta tecnologia na sua fabricação, e de implementos agrícolas, equipamentos que funcionam acoplados ao trator, geralmente no trabalho de adubação, irrigação e plantio.

⁶ BANCO DO BRASIL. *Crédito Rural: plano de ação para 1978*. [s.l.] 1978. (mimeo)

Através do exame dos dados apresentados no Quadro 1, verifica-se que a indústria brasileira de máquinas e implementos agrícolas, já em 1949, apresentava um número bastante grande de estabelecimentos (187), que geravam 5.296 postos de trabalho. Na década seguinte, esta indústria experimentou sempre um comportamento expansivo, o que pode ser visto tanto pelo crescimento sofrido pelo valor da produção (38,49%) entre 1949-59, como pelo verificado no número de estabelecimentos (34,22%).

A indústria gaúcha de máquinas agrícolas, em 1949, encontrava-se ainda em sua fase inicial de formação, contando com o pequeno número de 31 estabelecimentos, apresentando ainda um baixo nível produtivo e de emprego. No período seguinte, a indústria local teve um crescimento bastante expressivo, pois o número de estabelecimentos duplicou entre 1949-59 e tanto o pessoal ocupado como o valor da produção industrial experimentaram altas taxas de crescimento, no valor de 57,72% e 105,69%, respectivamente, conforme o Quadro 2.

Mesmo ainda em um período inicial de implantação, a indústria gaúcha de máquinas agrícolas já detinha uma significativa participação no parque nacional do setor, sendo de 16,3% no valor da produção industrial e 19,1% no pessoal ocupado total, no ano de 1959.

Paralelamente a isto, a indústria local de máquinas agrícolas passava a ter importância na indústria mecânica do Estado, representando, em 1959, um terço do valor da produção desta indústria, o mesmo acontecendo com as demais variáveis analisadas.

Como já foi colocado na parte anterior, na década de cinquenta, a indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas, apesar do desenvolvimento experimentado pelas lavouras de arroz e trigo, ainda não contava com o apoio oficial para o desenvolvimento de sua produção, sendo a mecanização dessas culturas suprida pela importação que, com a série de restrições impostas às mesmas, se dava de uma forma aleatória e sem continuidade.

No início da década seguinte, a situação da indústria de máquinas e implementos agrícolas vai sofrer uma reversão em virtude das modificações sofridas a nível nacional do processo de acumulação de capital. Com a montagem do segundo padrão, "calcado" na produção de bens de consumo duráveis, a importação de bens de capital para essas indústrias passou a ter prioridade absoluta, trazendo profundas repercussões para a mecanização da agricultura gaúcha.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal tomava medidas com vistas a limitar a importação de máquinas agrícolas, tais como a política cambial no período 1962-64, a produção interna de máquinas agrícolas ainda não era considerada de importância vital para a economia brasileira, não sendo, por isto, incentivada por mecanismos fiscais e creditícios.

Um exemplo disto é que até 1965 o financiamento do Banco do Brasil referente a tratores e máquinas e implementos agrícolas era irregular e demorado. Ao mesmo tempo, o montante do crédito rural não tinha destinação específica, sendo apenas fixado o seu nível global e, como o prazo para financiamento das máquinas

Número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor bruto da produção da indústria de máquinas e implementos agrícolas do Brasil — 1949-1959-1970

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	PESSOAL OCUPADO TOTAL	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (C: \$ 1 000)		
					Valor Nominal	Valor Real (1)	Varição Percentual Decenal
1949	187	—	5 296	—	291	291	—
1959	251	34,22	5 364	1,28	2 455	369,73	38,49
1970	534	112,75	14 643	172,99	440 617	1 915,73	418,14

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1957.
 CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1967.
 CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 2

Número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor bruto da produção das indústrias de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul — 1949-1959-1970

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	PESSOAL OCUPADO TOTAL	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (C+\$ 1 000)		
					Valor Nominal	Valor Real (1)	Varição Percentual Decenal
1949	31	—	648	—	32	32	—
1959	72	132,26	1 022	57,72	401	60,39	105,69
1970	153	112,50	5 063	395,40	141 470	615,09	918,53

FORTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO ECONÔMICO 1950: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

CENSO INDUSTRIAL 1960: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1966.

CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 3

**Participação do Rio Grande do Sul na indústria de máquinas
e implementos agrícolas do Brasil – 1949-1959-1970**

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RS/BR (%)	PESSOAL OCUPADO TOTAL – RS/BR (%)	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO RS/BR (%)
1949	16,6	12,2	11,0
1959	28,7	19,1	16,3
1970	28,7	34,6	32,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

agrícolas era de 4 anos, isto passou a gerar algumas distorções, sendo a verba, muitas vezes, desviada para os financiamentos de curto prazo. Por outro lado, nesta época, a política de crédito rural impunha uma série de exigências de ordem burocrática que dificultavam ao agricultor a obtenção dos financiamentos. Por sua vez, a taxa de juros cobrada pelos financiamentos não era subsidiada, equivalendo às taxas do mercado financeiro, sendo que em 1965 o seu valor era de 24% a.a.⁷

Essa situação vai se modificar a partir de 1968, quando se inaugura o segundo ciclo de expansão do padrão nacional de acumulação e a agricultura gaúcha passa a se articular com a economia nacional via os produtos da lavoura mecanizada.

Em vista disso, o processo de implantação e consolidação, tanto de empresas estrangeiras como nacionais de máquinas e implementos agrícolas, passou a ser fortemente incentivado pelo Estado Nacional através de benefícios creditícios e fiscais.

Como uma das primeiras medidas de incentivo, destaca-se a isenção do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as máquinas e implementos agrícolas, concedido em 30/04/68. A partir desta data, as isenções fiscais foram sendo aperfeiçoadas de uma forma crescente e contínua, sempre no sentido de auxiliar a constituição dessa indústria.

Desta forma, o período 1960-70 marca o início do desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos agrícolas tanto a nível nacional como local, sendo que a indústria gaúcha só vai se consolidar, realmente, na década seguinte.

A indústria brasileira de máquinas e implementos agrícolas, em 1970, apresentava uma posição extremamente significativa dentro do parque industrial brasi-

⁷ BRASIL. Serviço Público Federal. **A utilização do trator no Brasil – algumas observações.** Brasília, 1977. (mimeo)

Quadro 4

**Número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor bruto
da produção da indústria mecânica do Rio Grande do Sul — 1949-1959-1970**

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	VARIACÃO PERCENTUAL DECENAL	PESSOAL OCUPADO	VARIACÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)		
					Valor Nominal	Valor Real (1)	Variacão Percentual Decenal
1949	97	—	2 556	—	122	122	—
1959	171	76,29	3 287	28,60	1 301	195,93	75,05
1970	832	386,55	14 166	330,97	389 449	1 693,26	764,22

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO ECONÓMICO 1950: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

CENSO INDUSTRIAL 1960: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1966.

CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 5

**Participação da indústria de máquinas e implementos
agrícolas na indústria mecânica do Rio Grande do Sul – 1949-1959-1970**

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO	VALOR DA PRODUÇÃO
1949	32,0	25,4	26,2
1959	42,1	31,1	30,8
1970	18,4	35,7	36,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

leiro, com o valor bruto da produção industrial experimentando um aumento de 418,14% em relação a 1960. No tocante ao pessoal ocupado, verificou-se a mesma tendência, com a expressiva variação positiva de 172,99% no período.

Por sua vez, a indústria gaúcha de máquinas agrícolas, em 1970, apresentava uma estrutura já bem definida, com 153 estabelecimentos, experimentando um crescimento da ordem de 112,50% em relação a 1960. Em relação ao nível de emprego, pode-se dizer que passava a representar mais de um terço do gerado no setor do País. No tocante ao valor da produção industrial em 1970, a indústria gaúcha apresentava um crescimento de 918,53% em relação a 1959.

Neste ano a participação da indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas, na produção industrial nacional desse ramo, atingiu o percentual de 32,2%, constituindo-se, portanto, em um terço do setor no País. Desse modo, pode-se dizer que, em 1970, a indústria local produtora de maquinaria agrícola ofertava no mercado todas as linhas de produtos demandados pelas atividades agrícolas do Estado, excetuando os tratores de grande e médio porte.

Assim, o Rio Grande do Sul alcançou, nos anos setenta, a posição de segundo produtor nacional de máquinas e implementos agrícolas, sendo superado apenas por São Paulo. A participação desses dois estados em relação ao total de pessoal ocupado era de 83,4% em 1970, além de deter 68,9% dos estabelecimentos fixados no país.⁸

3. Período: década de setenta

No início da década de setenta, com a definição clara do modelo agrícola adotado no País, com vistas a uma mecanização crescente da agricultura e, dado o

⁸ BRDE. A indústria de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1975. p.14 (Estudos Econômicos, 6)

peso alcançado pelas culturas exploradas sob a forma capitalista de produção, intensificou-se, por parte do Estado, o apoio financeiro, fiscal e creditício, de modo a sustentar este processo.

Dentro da parte referente aos incentivos fiscais, em 04/02/1970, pelo Decreto nº 20.148, foi concedida a isenção do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias para as máquinas e implementos agrícolas, considerando o produto acabado e não isentando as peças e componentes adquiridos pelos fabricantes. Posteriormente, em 1973, devido à pressão dos fabricantes, esses componentes, quando de fabricação nacional, também passaram a ser beneficiados com essa isenção.

Em 1974, pelo Decreto nº 1374, foi concedida isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às máquinas e implementos agrícolas sem fazer distinção entre os produtos nacionais e importados. Além dessas isenções, foram concedidas aos empresários outras vantagens referentes ao IPI, como a manutenção de crédito referente a componentes tributados adquiridos pelos fabricantes.

Paralelamente aos incentivos de ordem fiscal, o principal instrumento utilizado para viabilizar a comercialização das máquinas e implementos agrícolas foi a política de concessão de crédito rural aos agricultores com taxas de juros subsidiadas e demais facilidades, levada a efeito pelo Banco do Brasil.

A política executada pelo Banco do Brasil através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em relação aos financiamentos para investimentos e, conseqüentemente, para máquinas e implementos agrícolas sofreu inúmeras alterações ao longo do tempo e acredita-se importante o seu exame com cuidado, com o intuito de identificar os seus reflexos no comportamento do setor.

Em 1971, a taxa de juros para o financiamento de tratores, máquinas e implementos agrícolas era de 15% a.a., ao mesmo tempo que o seu prazo para as amortizações compreendia 5 anos, dentro do seguinte plano: 1º ano — 10%; 2º ano — 15%; 3º ano — 20%; 4º ano — 25%; 5º ano — 30%.

Segundo o trabalho "O Uso do Trator no Brasil: Algumas Considerações", o Banco do Brasil utilizava nesta época em suas operações de crédito a célula pignoratícia.⁹ Em alguns casos também era exigida a garantia hipotecária da propriedade rural. Em geral, o agente financeiro concordava em que o pagamento do trabalho das máquinas para terceiros fosse computado como renda do agricultor na avaliação de sua capacidade de compra.

A par da política imposta ao crédito rural para a aquisição das máquinas e implementos agrícolas, importa examinar os seus montantes como forma de identificar a existência real de uma política de incentivo creditício.

O exame dos dados referentes ao total do crédito rural concedido pelo Banco do Brasil ao Rio Grande do Sul para o período 1969-73 demonstra que o mesmo

⁹ BRASIL. Serviço Público Federal, op. cit., nota 7.

experimentou um comportamento sempre crescente no período, com o número de contratos passando de 160.939 para 171.893, e o valor financiado, em valor constante, atingindo 1.311.660.

Quadro 6

**Número de contratos e valor financiado de crédito rural total
concedidos pelo Banco do Brasil ao Rio Grande do Sul — 1969-76**

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIACÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Variacão Percentual Decenal
1969	160 939	—	963 815	501 987	—
1970	163 494	1,59	1 412 958	614 330	22,38
1971	167 855	2,67	2 254 584	813 929	32,49
1972	157 495	-6,17	3 132 395	966 789	18,78
1973	171 893	9,14	4 892 493	1 311 660	35,67
1974	190 391	10,76	7 918 666	1 649 722	25,77
1975	267 488	40,49	15 953 497	2 600 897	57,66
1976	254 214	-4,96	22 039 753	2 545 006	-2,15

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Crédito rural — 1969/76: Região Sul*. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Por outro lado, os créditos destinados aos investimentos agrícolas do Rio Grande do Sul, do qual fazem parte os destinados ao financiamento de máquinas e implementos agrícolas, manifestaram, no período, a mesma tendência expansiva.

Dos subitens que compõem o montante do investimento total, o único de que se dispõe da série completa de dados para o período 1969-73, é o destinado ao melhoramento do solo e aos equipamentos. A sua observação através do Quadro 8, comprova a existência de altas taxas de crescimento tanto no número de contratos, como no valor financiado, para todo o período.

Neste quadro geral, o financiamento para máquinas agrícolas apresentava, em 1974, uma situação das mais favoráveis para a indústria produtora dessas mercadorias.

A principal característica da política creditícia vigente era que o Banco do Brasil concedia os financiamentos no regime extralimite, ou seja, o montante dos empréstimos não estava limitado a parâmetros orçamentários, o que permitia às carteiras de crédito do Banco do Brasil a solicitação a Brasília de recursos suplementares, quando esgotados seus limites de financiamento. Dessa forma, o financiamento para o agricultor abrangia o valor total das máquinas, com uma taxa de juros

Quadro 7

**Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para investimento,
concedidos pelo Banco do Brasil ao Rio Grande do Sul – 1969-76**

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Varição Percentual Decenal
1969	33 041	--	176 272	91 808	--
1970	40 111	21,40	332 220	144 443	57,33
1971	48 033	19,75	529 501	191 156	32,34
1972	42 948	-10,59	523 970	161 719	-15,40
1973	53 952	25,62	785 060	210 472	30,15
1974	60 934	12,94	1 246 376	259 662	23,37
1975	78 986	29,63	3 174 586	517 877	99,44
1976	62 022	21,48	4 010 911	463 154	-10,57

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Crédito rural – 1969/76:** Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 8

**Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para melhoramentos e equipamentos,
concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores agrícolas do Rio Grande do Sul – 1969-76**

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Varição Percentual Decenal
1969	30 285	--	164 968	85 921	--
1970	37 137	22,63	299 284	130 123	51,44
1971	45 636	22,89	475 027	171 490	31,79
1972	40 644	-10,94	448 011	138 275	-19,37
1973	48 730	19,89	725 576	194 524	40,68
1974	56 489	15,92	1 182 074	246 265	26,60
1975	73 497	30,11	2 984 974	486 945	97,73
1976	57 148	-22,24	3 531 605	407 807	-16,25

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Crédito rural – 1969/76:** Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

subsidiada de 15% a.a. Ao mesmo tempo, o prazo de carência para o pagamento da primeira prestação correspondia ao da primeira safra, o que permitia que o agricultor pagasse o financiamento com a renda obtida com a venda da mesma.

Em vista disso, no ano de 1974, a situação da indústria de máquinas e implementos agrícolas do Rio Grande do Sul era extremamente favorável, com perspectivas de crescimento do setor, se se maritvessem as condições de financiamento vigentes.

Embora inexistam dados estatísticos sobre essa indústria para 1974, acredita-se que a estrutura apresentada em 1970 se manteve com o setor, apresentando uma produção de implementos agrícolas bastante diversificada, sendo formada por um grande número de pequenos estabelecimentos e por apenas algumas unidades de tamanho médio. Deve-se salientar, dentro desse quadro, a situação das indústrias de colheitadeiras automotrizes, que se enquadram na categoria de máquinas de grande porte e que representam os estabelecimentos médios dentro dessa indústria. Segundo dados do Sindicato de Máquinas e Implementos Agrícolas, a produção gaúcha de colheitadeiras teve início em 1965, constituindo-se até 1967 na totalidade da produção nacional. A instalação, em 1968, de uma empresa de grande porte a nível nacional não alterou a posição da indústria gaúcha de colheitadeiras automotrizes que até 1974 manteve a sua participação próxima de 80% da produção nacional, conforme pode ser visto no Quadro 9.

As características da produção da grande maioria dos estabelecimentos gaúchos produtores de máquinas e implementos, excetuando as indústrias de colheitadeiras e de micromotores assumia, ainda em 1974, características eminentemente artesanais.

Quadro 9

Produção física de colheitadeiras automotrizes do Brasil
e do Rio Grande do Sul — 1965-78

ANOS	PRODUÇÃO FÍSICA DO BRASIL (em unidades) (A)	VARIAÇÃO PERCENTUAL DECENAL	PRODUÇÃO FÍSICA DO RIO GRANDE DO SUL (em unidades) (B)	VARIAÇÃO PERCENTUAL DECENAL	B/A
1965	1	—	1	—	—
1966	12	1 200	12	1 200	100
1967	28	133,33	28	133,33	100
1968	84	200,00	82	192,88	97,62
1969	282	235,71	172	109,76	61,0
1970	680	141,13	460	167,44	67,6
1971	1 019	49,85	763	65,87	74,9
1972	1 832	79,78	1 452	90,30	79,3
1973	3 244	77,07	2 534	74,52	78,1
1974	4 683	44,36	3 726	47,04	79,6
1975	7 706	64,55	5 378	44,34	69,8
1976	7 530	-2,28	5 443	1,21	42,3
1977	4 797	-36,29	3 096	-43,12	64,5
1978	4 298	-10,40	2 346	-24,22	54,6

FONTE: Sindicato de Máquinas e Implementos do Estado do Rio Grande do Sul (SIMERS).

Segundo informações prestadas pelo Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul, as indústrias gaúchas de máquinas agrícolas operavam, em 1974, com uma taxa de lucro de 100%.¹⁰ Acredita-se que esta declaração não se refere à taxa de lucro real, medida como relação entre o montante de lucro e o capital avançado, mas sim à rentabilidade, vista como a diferença entre o preço e o custo de produção. Desse modo, essas empresas, mesmo operando com alta rentabilidade, não detinham condições internas para acumulação de capital.

Tendo em vista que a importação de máquinas agrícolas era muito elevada, o Governo Federal passou a desenvolver uma intensa campanha de aumento de produção e da capacidade instalada junto a essas empresas. Além de visar ao propalado equilíbrio do balanço de pagamento, tais campanhas reafirmavam o prosseguimento da política agrícola de incremento da produção via mecanização do campo, o que impulsionou um grande número de empresas a realizarem, em 1975, grandes investimentos em instalações, maquinaria, tecnologia e na preparação de mão-de-obra.¹¹

Em 1976, a política de crédito para os investimentos agrícolas passou a sofrer uma série de modificações que geraram graves repercussões no desempenho das indústrias de máquinas agrícolas.

Inicialmente, os financiamentos para aquisição dos bens de capital agrícola, que até então eram operados no sistema extralimite, passaram a obedecer aos parâmetros do orçamento monetário. Ao mesmo tempo, os financiamentos não mais abrangiam o valor total do equipamento, ficando a cargo do agricultor a participação de 20%, aumentando para 40% nos anos seguintes.

Essa nova política creditícia imposta aos financiamentos, a partir de 1976, enquadrava-se dentro de um elenco de medidas antiinflacionárias decretadas pelo Governo Federal, com o objetivo de restringir a expansão dos meios de pagamento, que é apontada, dentro da ótica monetarista, como a principal causa do aumento dos preços.

A partir desta data, a política creditícia para investimentos no setor rural sofreu poucas alterações, apesar dos inúmeros apelos dos industriais do setor, continuando a seguir as linhas básicas estabelecidas em 1976.¹²

A par das medidas que impuseram limites à obtenção de crédito por parte dos produtores, também houve redução do seu montante global.

Retomando-se o exame dos dados referentes aos créditos concedidos para o Investimento Agrícola para o Rio Grande do Sul, verifica-se que o crescimento

¹⁰ Conforme entrevista realizada, em janeiro de 1979, no Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas.

¹¹ Conforme informações contidas no ofício nº 102/78 enviado pelo Sindicato de Máquinas e Implementos para o Presidente da FIERGS em 9/3/78.

¹² A grande movimentação dos industriais do setor pode ser comprovada através da série de documentos enviados às autoridades governamentais nesta época, tais como o ofício nº 102/78 enviado para a FIERGS.

homogêneo, que o valor financiado a preços constantes vinha apresentando desde 1969, sofreu uma brusca mudança de tendência no final do período, quando apresentou um crescimento negativo de - 20% entre 1975 e 1976.

Os financiamentos concedidos, especificamente para melhoramentos e equipamentos, seguiram o mesmo comportamento negativo descrito acima. O número de financiamentos para esse fim, após atingir 73.497 em 1975, cai para 57.148 em 1976, o mesmo acontecendo para o valor financiado.

Somente para o período 1974-76, dispôs-se dos dados referentes aos cinco subitens que compõem o item Melhoramentos e Equipamentos Agrícolas, divididos em: créditos concedidos para o financiamento de máquinas de adaptação e preparação do solo; para máquinas de cultivos e correção do solo; para máquinas de colheita e transporte; para equipamentos de industrialização e beneficiamento; e para tratores.

Todos esses subitens apresentaram taxas de crescimento negativo entre 1975 e 1976, o que demonstra que a redução sofrida pelos créditos destinados aos investimentos foi acompanhada pelos destinados especificamente para máquinas agrícolas.

Um exemplo disto é que os créditos destinados a máquinas de adaptação e preparo do solo, que correspondem aos arados, grades etc. — implementos de grande participação na produção do Estado, apesar de experimentarem um crescimento nos contratos concedidos entre 1975 e 1976 — tiveram uma brusca diminuição no valor financiado, que passou de 30.863 para 28.633 neste mesmo período.

O comportamento experimentado pelos financiamentos para máquinas para colheita e transporte torna-se importante pela importância do Rio Grande do Sul na produção de colheitadeiras do País, o que implica que uma restrição neste item terá um maior reflexo na indústria de máquinas e implementos agrícolas gaúcha. O número de contratos destinados a este subitem passou de 11.191 para 10.956 entre 1974 e 1975, experimentando já o pequeno decréscimo de 2,10%, que se acentua no ano seguinte, quando o decréscimo atinge 18,95%. Situação semelhante ocorreu no volume de valor financiado, sendo o crescimento negativo da ordem de 16,90% de 1976 em relação a 1975.

Dentro deste quadro geral, a indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas iniciou, em 1977, um período de crise que atingiu todo o setor.

Essa situação fica explicitada nos dados sobre a mão-de-obra apresentados pelo Sindicato de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul, obtidos através de pesquisa realizada com quarenta e uma empresas das suas associadas. Apesar de não permitir que se conclua sobre o comportamento total do setor, o seu exame nos permite algumas inferências sobre a situação dessa indústria.

Em princípio, o que chama a atenção é que a crise que atingiu o setor teve drásticas repercussões no nível do emprego, tendo em vista que o nível atingido em 1976, de 15.208, no setor, cai para 13.323 em 1977, significando uma diminuição de 11,93% no período.

A situação de desaceleração da produção pode ser perfeitamente identificada na indústria de colheitadeiras do Rio Grande do Sul à medida em que a mesma

vinha experimentando um crescimento contínuo desde a sua implantação em 1965, chegando a alcançar a taxa de crescimento de 47,04% entre 1973 e 1974. Após 1976, essa situação se reverte, com essa indústria experimentando uma drástica redução na sua produção, da ordem de 43,12% entre 1977 e 1976, conforme o Quadro 9.

Dentro desse quadro, a conseqüência mais grave ocorrida para essa indústria é a da passagem paulatina do controle acionário das empresas nacionais para grupos multinacionais.¹³

A entrada do capital estrangeiro na indústria de máquinas e implementos agrícolas fica bem explicitada com a situação ocorrida com as indústrias de colheitadeiras automotrizes. Em 1976, das cinco principais empresas produtoras de colheitadeiras existentes no Estado, apenas duas pertenciam a grupos estrangeiros.¹⁴ A situação de crise enfrentada por essas empresas, levou a que as empresas nacionais de colheitadeiras automotrizes se associassem ao capital estrangeiro nos últimos anos, chegando-se à situação inversa em 1978, pois agora apenas duas ainda permaneciam sob o controle do capital nacional.

Quadro 10

Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para máquinas e adaptação e preparação do solo, concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores do Rio Grande do Sul — 1974-76

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Varição Percentual Decenal
1974	1 857	—	82 862	17 263	—
1975	2 732	47,12	189 189	30 863	78,78
1976	3 280	20,06	247 965	28 633	- 7,23

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. Crédito rural — 1969/76: Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

¹³ BRASIL. Serviço Público Federal, op. cit., nota 7.

¹⁴ A questão específica da propriedade nessas indústrias não será ampliada neste estudo, à medida que essa questão foi objeto de um estudo específico realizado pela economista Maria Cristina Passos Severo sob o título "A propriedade das indústrias de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul", a ser publicado nesta revista.

Quadro 11

Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para máquinas para cultivo e correção do solo, concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores do Rio Grande do Sul — 1974-76

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIACÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Variacão Percentual Decenal
1974	1 388	—	44 071	9 181	—
1975	1 976	42,36	90 394	14 746	60,61
1976	2 281	15,44	111 189	12 839	—12,93

FONTE: BRASIL, Ministério da Agricultura. **Crédito rural — 1969/76:** Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 12

Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para máquinas para colheita e transporte, concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores do Rio Grande do Sul — 1974-76

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIACÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Variacão Percentual Decenal
1974	11 191	—	404 034	84 174	—
1975	10 956	—2,10	678 237	110 642	31,44
1976	8 880	—18,95	796 221	91 942	—16,90

FONTE: BRASIL, Ministério da Agricultura. **Crédito rural — 1969/76:** Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 13

Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para tratores, concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores do Rio Grande do Sul – 1974-76

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Varição Percentual Decenal
1974	6 604	—	272 198	56 708	—
1975	10 295	55,89	760 241	124 020	118,70
1976	9 983	-3,03	969 538	111 956	-9,73

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Crédito rural – 1969/76**: Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Quadro 14

Número de contratos e valor financiado do crédito agrícola, para equipamentos para industrialização e beneficiamento, concedidos pelo Banco do Brasil aos produtores do Rio Grande do Sul – 1974-76

ANOS	NÚMERO DE CONTRATOS	VARIÇÃO PERCENTUAL DECENAL	VALOR FINANCIADO		
			Valor Nominal (Cr\$ 1 000)	Valor Constante (Cr\$ 1 000) (1)	Varição Percentual Decenal
1974	6 862	—	73 873	15 390	—
1975	5 191	-24,35	176 260	28 754	86,84
1976	3 092	-40,44	161 290	18 625	-35,23

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Crédito rural – 1969/76**: Região Sul. Brasília [s.d.] v.1.

(1) Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, 1965-67 = 100.

Considerações Finais

Nesta parte cabe apenas tecer algumas considerações finais de modo a enfatizar alguns pontos apresentados no decorrer do trabalho.

O que ficou demonstrado ao longo da análise é que a trajetória da indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas reflete tanto as várias nuances que o processo de acumulação de capital assumiu na economia brasileira no período pós-guerra, como as do modelo agrícola adotado no País, na medida em que foi para atender as suas exigências que essa indústria foi montada.

Num primeiro momento, quando o processo de capitalização da agricultura estava ainda em fase embrionária e, portanto, não havia grande interesse do capital estrangeiro na produção diversificada de máquinas agrícolas, a indústria gaúcha conseguiu criar seu espaço produtivo, especializando-se principalmente na produção de implementos agrícolas.

Em um segundo momento, com o grande crescimento sofrido pelo processo de mecanização e com as demais exigências da indústria brasileira, foram sendo criadas condições para que esta indústria se expandisse, dentro das quais se destaca o apoio financeiro por parte do Estado.

Com o seu crescimento, a indústria gaúcha passava a repartir com São Paulo o mercado nacional, surgindo inclusive um tipo de especialização regional, na medida em que São Paulo ficava com a produção de tratores de grande porte, ligada à indústria nacional de bens de capital, e o Rio Grande do Sul, com a produção de implementos e colheitadeiras, segundo produto em importância dentro desta indústria.

A consequência da indução do crescimento desta indústria por parte do Estado foi de tornar esse setor extremamente vulnerável e dependente de qualquer mudança na orientação da política econômica do País.

O que se observa com a indústria de máquinas e implementos agrícolas é que o seu crescimento foi incentivado enquanto o mesmo não entrasse em conflito com os interesses do processo de acumulação vigente.

O início, em 1973, de um novo período recessivo da economia brasileira, acompanhado por um forte processo inflacionário, que se intensifica nos anos seguintes, fez com que o Governo reorientasse a sua política de crédito rural, passando a restringi-lo. A indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas com a perda deste seu suporte entra em um período de crise que se estende até os dias de hoje.

A principal consequência disso é que, dado o nível alcançado pelo processo de mecanização, o capital estrangeiro passa a se interessar pelas empresas produtoras de colheitadeiras e implementos instaladas no Rio Grande do Sul, realizando, assim, associações com empresas locais extremamente facilitadas pelas situações críticas das mesmas.

Para o Estado, interessado em incentivar outros setores da produção nacional, o alastramento do capital estrangeiro nesse gênero de indústria mostra-se extremamente oportuno, como forma de não se interromper a oferta de máquinas e implementos agrícolas necessários ao prosseguimento do processo de mecanização da agricultura.